

EPISTEMOLOGIAS E ENSINO DA HISTÓRIA

Coord.

Cláudia Pinto Ribeiro

Helena Vieira

Isabel Barca

Luís Alberto Marques Alves

Maria Helena Pinto

Marília Gago



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Epistemologias e Ensino da História
(XVI Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)

COORDENAÇÃO

Cláudia Pinto Ribeiro
Helena Vieira
Isabel Barca
Luís Alberto Marques Alves
Maria Helena Pinto
Marília Gago

EDIÇÃO: CITCEM

Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

ISBN

978-989-8351-74-6

Porto, 2017

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.



ENSINO DE HISTÓRIA E LIVROS DIDÁTICOS: DIÁLOGOS ENTRE OS EDITAIS DO PNLD 2012-2015, O MANUAL DO PROFESSOR E EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS

VIRGÍNIA DA SILVA XAVIER

JÚLIA SILVEIRA MATOS

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

RESUMO: No presente trabalho visamos analisar como os atuais Manuais do Professor de História que somados aos Livros Didáticos de História, voltados para o Ensino Médio, são utilizados pelos docentes para o ensino de História nas escolas públicas estaduais da cidade de Rio Grande. Entretanto, antes de adentrarmos propriamente a análise dos manuais do professor de História, nos deteremos no estudo e análise dos próprios editais do Plano Nacional do Livro Didático, devido ao seu caráter regulador da produção dos mesmos, assim como dos livros didáticos. Esses editais tem uma função central na elaboração do conjunto de coleções dos livros didáticos, sejam os de História ou de outras áreas do conhecimento, pois em sua estrutura apresenta condições e regras para que as coleções participem da concorrência pública a que o edital se propõe. Com vistas a atender toda essa demanda de análise, este trabalho de conclusão do mestrado foi estruturado em três capítulos. No primeiro analisamos os editais do PNLD; no segundo analisaremos os manuais dos professores em relação aos editais e no terceiro e último capítulo apresentaremos um estudo centrado na aplicação diária e prática na vida dos professores em sala de aula, do uso dos manuais do professor e dos alunos de História, no ensino médio.

PALAVRAS-CHAVE: *Ensino de História, Editais, Livros Didáticos.*

Indubitavelmente o livro didático é um importante instrumento de intercessão entre ensino e aprendizagem. Nos dias atuais não se pensa a escola e a sala de aula sem um livro didático. No entanto, sua trajetória apresenta na história da escola brasileira peculiaridades, pois até o Estado Novo, os livros didáticos eram produzidos por docentes, com vistas a auxiliar no processo de ensino e aprendizagem. Do Colégio Dom Pedro II tivemos vários docentes que se dedicaram a produzir manuais escolares com visões pedagógicas muito fortes, como foi o caso de Jonathas Serrano que foi autor de diversas coleções de livros didáticos de História. Mas, no Brasil período do Estado Novo, que os livros apresentaram de forma homogeneizante um caráter nacionalista e ufanista.

Nos anos 60 com o período ditatorial os conteúdos de História sofreram uma transformação em sua apresentação nos livros didáticos e seus conteúdos foram suprimidos devido à censura e por fim na redemocratização brasileira foi criado do PNLD (Plano Nacional do Livro Didático).

Ao longo de mais de 70 anos, o livro didático passou por dois governos autoritários e um democrático, com isso, em cada manual didático encontramos uma apresentação singular em seus conteúdos já que ele é um produto de seu tempo. Essa afirmação nos mostra a valor do livro didático não só como recurso didático, mas também como fonte primária.

A partir dessa última transição de governo com criação do PNLD, podemos observar as mudanças estruturais e didático-pedagógicas dos manuais didáticos, essas modificações seguindo Maria Margarida Dias de Oliveira ocorreram em grande parte, graças às pesquisas sobre livro didático que se surgiram a partir do século XX, e que se intensificaram ao longo dos anos. A autora afirma que os trabalhos sobre livros didáticos “Foram importantíssimos, pois mapearam um elemento que se tornou indispensável nas escolas” (OLIVEIRA, p.01).

Ao longo dos anos, o PNLD sofreu aperfeiçoamentos, como por exemplo, em 1996 a distribuição de livro didático passou a atender escolas públicas de ensino fundamental e em 2009 ampliou-se a distribuição às escolas de ensino médio. O livro didático que chega até as escolas e que são destinados a alunos e professores é escolhido através de editais que tem como objetivo convocar editores para o processo de inscrição e avaliação de suas obras. Os critérios para inserção das obras exigido nos editais são observados constantemente não apenas para evitar a ocorrência de falhas, “(...)”, mas também pela renovação das políticas educacionais que desde a redemocratização brasileira, vêm mudando de acordo com o Ministério e a visão de governo.” (MATOS, 2010: 67). Os manuais que encontramos no Guia do Livro Didático são

aqueles que obedeceram todos os critérios contidos no edital e conseqüentemente, estão habilitados para serem utilizados nas escolas.

No momento, utilizaremos como fonte principal o edital que convoca as editoras para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Plano Nacional do Livro Didático 2015, nas quais obras como o manual do professor, que é nosso objeto de pesquisa, após passarem por minuciosos critérios avaliação e forem aprovadas, constarão no Guia do Livro Didático de ensino médio 2015 e conseguinte, estarão disponíveis nas redes de ensino da cidade de Rio Grande. A próxima proposta será analisar o Guia do Livro Didático de 2015 que trará os manuais aprovados e que estarão em circulação nas escolas brasileiras. Esse guia é uma ferramenta oferecida aos professores no qual os livros estão na forma de resenhas e orientações para facilitar o processo de escolha quanto a melhor obra a ser utilizada segundo seus pressupostos educacionais ou pressupostos do projeto da escola.

A fim de perceber se houveram modificações ou não de um edital para outro, analisamos o edital de 2012 e constatamos que o manual do professor não sofreu grandes alterações, modificado apenas com a inserção de mais um critério no edital 2015 que diz que o manual do professor “oferece orientações sobre princípios, critérios e instrumentos de avaliação, considerando a especificidade da disciplina História” (edital 2015). Mesmo com a inclusão desse critério, o caráter básico do manual do professor permanece quando averiguamos que, ambos editais afirmam no subtítulo intitulado caracterização do livro didático no item 3.3.1 que: “O livro do professor não pode ser apenas cópia do livro do aluno com exercícios resolvidos. É necessário que ofereça orientação teórico-metodológica e de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento; ofereça também, discussão sobre a proposta de avaliação de aprendizagem, leituras e informações adicionais ao livro do aluno, bibliografias, bem como sugestões de leituras que contribuam para a formação e atualização do professor.” (edital PNLD 2012-ensino médio).

Com isso, percebemos que os aspectos da utilização do livro do professor pouco foram alterados de um edital para outro, sua finalidade permanece de auxiliar ao docente com uma proposta didático-pedagógica que propicie uma reflexão sobre suas práticas.

Ao analisar o edital de 2015 em sua totalidade, encontramos os mesmos critérios que o edital de 2012, com o diferencial de estarem mais exemplificados e com acréscimos como a inclusão da disciplina Arte no item Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, a inserção de mais três critérios eliminatórios peculiares para os livros de História que são: especificação do número de páginas de cada obra tanto destinada ao livro do aluno quanto ao livro do professor,

a distinção das obras em tipo 1 e tipo 2 e a disponibilização de livros digitais a docentes e discentes.

No dia 22 de agosto a 1º de setembro de 2014 houve o processo de inscrição das obras por parte das editoras e conseqüentemente o processo de avaliação para que assim, os livros selecionados passassem a constar no Guia do Livro Didático para 2015 e por fim, distribuído às escolas estaduais. Os 17 livros didáticos de História ofertados são: História, Nova História integrada, Novo olhar-História, Por dentro da História, Ser protagonista-História, História das cavernas ao terceiro milênio, conexões com a História, caminhos do homem, conexão-História, História, Integrais- História, História- cultura e sociedade, História em debate, História em movimento, História geral e do Brasil, História global: Brasil e geral e História sociedade e cidadania. Esses livros, como citado anteriormente, já constam no Guia do Livro Didático para apreciação de docentes. A partir dessas informações a problemática aqui levantada é de que forma foi realizado o processo de escolha do livro didático pelos professores? Como os atuais Manuais do Professor que somados aos Livros Didáticos de História, voltados para o Ensino Médio, são utilizados pelos docentes para o ensino de História nas escolas públicas estaduais da cidade do Rio Grande? As propostas pedagógicas do manual do professor e recursos tecnológicos indicados estão articulados aos conteúdos? Quais diferenças entre as exigências estruturais, pedagógicas e teórico-metodológicas dos editais de 2012 e 2015 para o Ensino Médio podem ser percebidas?

Fundamentado no pensamento de autores como Maria Margarida Dias de Oliveira e Circe Maria Bittencourt, o livro didático é um material impresso e agora também digital, estruturado para a sua utilização no processo de ensino aprendizagem e por esse ser um objeto complexo, um leque de possíveis pesquisas, precisa ser mais explorado em suas potencialidades. As potencialidades mencionadas aqui surgiram a partir de um processo gradual e contínuo que, desde 1985, com a criação do PNLD até os editais atuais onde observamos constantes aperfeiçoamentos como a inclusão das leis 10.639/03 e 11.645/08. Outra pesquisa como de Vitória Rodrigues e Silva preocupa-se em discutir sobre a política pública responsável por regulamentar o produto final que conhecemos: o livro didático. Antes de termos o manual didático em mãos, ele passa por uma série de etapas rigorosas estipuladas através de editais a ponto de serem incluídos no PNLD. Segundo Silva “(...) os editais ao longo dos anos, foram ampliando o detalhamento e as exigências (...)” (SILVA, 2011: 03). Dentre essas exigências, o manual do professor também sofre alternâncias, sua utilização deixa de ser apenas apoio teórico-metodológico.

A aparição de novas configurações no livro didático foi que despertou o interesse dessa pesquisa, a introdução dos novos recursos didáticos apresentados no livro principalmente a partir dos anos de 2001, como por exemplo, sugestões de filmes, sites e bibliografia complementar, imagens reproduzidas da própria fonte primária estão presentes atualmente nos livros didáticos. Pesquisas como da própria Margarida Dias sobre o livro didático apontam como se apresentam as obras didáticas e dos novos recursos contidos nos manuais e que estes deveriam ser bem utilizados pelo docente. É inegável que as pesquisas tenham plena consciência das “potencialidades” e “multifacetadas” desses manuais, mas a questão é se essas novas ferramentas estão a ser utilizadas pelos professores. É nesse contexto que foi pensado sobre a estruturação do Manual do professor, um livro didático direcionado para o docente, além de oferecer orientação teórico-metodológica, sugere interdisciplinaridade dos conteúdos, bibliografias de apoio e propostas didáticas pedagógicas que venham a conduzir o professor.

Como apontado no edital do PNLD 2015, o livro de História tem de estar organizado por ano e coleção e conter o manual do professor. O objetivo do manual do professor não deve ser mera reprodução do livro do aluno com as respostas e sim de estarem contidas informações complementares que possibilitem a condução de atividades. Ele deve orientar os docentes para o uso da obra didática além de proporcionar uma efetiva reflexão sobre sua prática. (Edital 2015).

Observamos nesse aspecto, que o livro do professor vem a se tornar uma ferramenta de apoio para que docentes desenvolvam as “potencialidades” como citado anteriormente. O propósito dessa pesquisa não é de apenas perceber os editais de inscrição e os novos recursos expostos nos manuais escolares, mas também percebê-los em sua aplicabilidade em sala de aula, se realmente docentes se utilizam desse norteador didático.

Utilizaremos como marco teórico Jörn Rüsen por fazer o elo entre livro didático e consciência histórica como mostra em seu artigo “o livro didático ideal”. Segundo Rüsen, o livro didático é o guia mais importante da aula de história e é a partir dele que se deve favorecer a aprendizagem histórica. De acordo com o autor, ele aponta que há um déficit na análise de livros didáticos e justifica que ainda não houve uma pesquisa mais profunda e contínua sobre as potencialidades e limitações na sua utilização. A proposta em analisar os manuais didáticos é de perceber se estes possuem os recursos ideias para se obter a aprendizagem histórica e quando possuem se estes são utilizados pelos docentes. Esse tema vai ao encontro à teoria de Rüsen em que ele aponta quatro aspectos da utilidade do livro didático para o ensino prático que são: formato claro, estrutura didática clara, relação produtiva com o aluno e relação com a

prática da aula. A presença ou ausência desses quatro itens estão presentes nas resenhas contidas no livro didático para facilitar o norteamo de docentes a melhor obra a ser utilizada nas suas aulas. Nesse mesmo viés percebemos o aumento das exigências do PNLD e proporcionalmente a exigência de uma melhor postura teórico-metodológica por parte do docente no qual é demonstrado através do manual do professor. Essa postura exigida aos docentes tem relação com desenvolvimento de uma consciência histórica de modo que seja transmitida sob a perspectiva da aprendizagem histórica aos discentes. Na resenha do livro *Caminhos do homem* de Adhemar Marques e Flávio Berutti, por exemplo, aponta que “(...) a abordagem da cultura histórica deve relacionar presente e passado, problematizando mudanças e permanências que constroem o sentido histórico das sociedades” (PNLD 2015-História). Desse modo, as ferramentas para o desenvolvimento da consciência histórica precisam estar articuladas nos livros didáticos de forma que este possa incitar nos discentes a percepção e experiências históricas. Esta relação desconstrói o velho atributo que o ensino de História seja apresentada como “mera sequência de temas” e a “falsa ideia da história como fato fixo” (RÜSEN, 2010: 124), ele deve desenvolver a reflexão e interpretação histórica e formação crítica e reflexiva de alunos e alunas. Concomitante ao pensamento de Rüsen, atribuímos essa maneira de aprendizagem histórica à proposta teórico-metodológicas inseridas no manual do professor.

Optamos utilizar como metodologia a análise de conteúdo proposta por Roque Moraes, que segundo o autor: “Uma análise textual envolve identificar e isolar enunciados dos materiais a ela submetidos, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando nestes, descrição e interpretação (...)” (MORAES, 2007: 89). Essa metodologia será base para a análise dos livros didáticos que estão em circulação nas escolas de ensino médio na cidade de Rio Grande no ano de 2015 no qual nossa principal categoria de análise será o manual do professor presente nas coleções escolhidas. Dessa forma, a análise será importante para compreendermos quantitativamente e qualitativamente os objetivos propostos no presente trabalho de conclusão do mestrado.

Com vistas a atender toda essa demanda de análise, este trabalho de conclusão do mestrado foi estruturado em três capítulos. No primeiro analisamos os editais do PNLD; no segundo analisaremos os manuais dos professores em relação aos editais e no terceiro e último capítulo apresentaremos um estudo centrado na aplicação diária e prática na vida dos professores em sala de aula, do uso dos manuais do professor e dos alunos de História, no ensino médio.

ENSINO DE HISTÓRIA E LIVROS DIDÁTICOS: UMA ANÁLISE DO EDITAL DO PNLD

A relação entre o ensino de História e as aprendizagens históricas no universo escolar é mediada pelos livros didáticos. Essa afirmação pode parecer forte aos olhos de um leitor à primeira vista, mas, ao analisarmos o contexto escolar logo veremos que os livros didáticos possuem um papel destacado nas relações traçadas entre professores e alunos. Nessa dimensão de pesquisa, no presente capítulo propomos uma análise dos critérios e regulamentos do edital que convoca as editoras para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Plano Nacional do Livro Didático 2015.

Nosso foco de estudo são os editais de seleção exigidos para as obras de História, que são nosso objeto de pesquisa, pois essas, após passar por minuciosos critérios de avaliação, quando aprovadas, constam no Guia do Livro Didático de ensino médio 2015 e conseqüente, ficam disponíveis nas redes de ensino da cidade de Rio Grande. Esse guia é uma ferramenta oferecida aos professores através de resenhas e orientações para facilitar o processo de escolha quanto a melhor obra a ser utilizada aos seus pressupostos educacionais ou pressupostos do projeto da escola. Observamos que os critérios exigidos às editoras para a produção o manual do professor não sofreu grandes alterações, entre os anos de 2012 e 2015, pois foi inserido somente mais um critério que diz que o manual do professor “oferece orientações sobre princípios, critérios e instrumentos de avaliação, considerando a especificidade da disciplina História” (edital 2015). Entretanto, ainda podem-se questionar, os critérios de exigência e avaliação do Edital do PNLD influem apenas nas estruturas das obras didáticas de História ou também na forma de apresentação dos conteúdos? Qual a relação direta entre edital e o manual do professor? Essa problemática e discussão serão um eixo do trabalho aqui apresentado.

Utilizaremos como marco teórico Jörn Rüsen por este fazer o elo entre livro didático e consciência histórica como mostra em seu artigo “o livro didático ideal”. Segundo Rüsen, o livro didático é o guia mais importante da aula de história e é a partir dele que se deve favorecer a aprendizagem histórica. Segundo o autor ele aponta que há um déficit na análise de livros didáticos e justifica que ainda não houve uma pesquisa mais profunda e contínua sobre as potencialidades e limitações na sua utilização. A proposta em analisar os editais do PNLD é de perceber como esse propõe critérios de seleção e produções dos manuais do professor, assim como dos próprios livros didáticos. Esse tema vai ao encontro à teoria de Rüsen em que aponta quatro aspectos da utilidade do livro didático para o ensino prático que são: formato claro,

estrutura didática clara, relação produtiva com o aluno e relação com a prática da aula. A presença ou ausência desses quatro itens estão presentes nas resenhas contidas no Guia do PNLD para facilitar o norteamento de docentes e selecionar melhor os livros didáticos a serem utilizados nas suas aulas. Nesse mesmo viés percebemos o aumento das exigências do PNLD e proporcionalmente a exigência de uma melhor postura teórico-metodológica por parte do docente no qual é demonstrado através do manual do professor. Essa postura exigida aos docentes tem relação com desenvolvimento de uma consciência histórica de modo que seja transmitida sob a perspectiva da aprendizagem histórica aos discentes.

Na resenha do livro *Caminhos do homem* de Adhemar Marques e Flávio Berutti por exemplo, apontam que “(...) a abordagem da cultura histórica deve relacionar presente e passado, problematizando mudanças e permanências que constroem o sentido histórico das sociedades” (PNLD 2015-História). Desse modo, as ferramentas para o desenvolvimento da consciência histórica precisam estar articuladas nos livros didáticos de forma que este possa incitar nos discentes a percepção e experiências históricas. Esta relação desconstrói o velho atributo que o ensino de História seja apresentada como “mera sequência de temas” e a “falsa ideia da história como fato fixo” (RÜSEN, 2010: 124), ele deve desenvolver a reflexão e interpretação histórica e formação crítica e reflexiva de alunos e alunas. Concomitante ao pensamento de Rüsen, atribuímos essa maneira de aprendizagem histórica à proposta teórico-metodológicas inseridas no manual do professor. Optamos utilizar como metodologia a análise de conteúdo proposta por Roque Moraes, que segundo o autor: “Uma análise textual envolve identificar e isolar enunciados dos materiais a ela submetidos, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando nestes, descrição e interpretação (...)” (MORAES, 2007, p89). Essa metodologia será aplicada nos editais de seleção dos PNLD de 2012 e 2015. Dessa forma, a análise será importante para compreendermos quantitativamente e qualitativamente os objetivos propostos nos editais.

O programa que atende a distribuição de livros didáticos é o mais antigo em vigor no Brasil. Indubitavelmente o livro didático é um instrumento de intercessão entre ensino e aprendizagem e é nessa direção, que observamos que os processos de avaliação dos livros didáticos tiveram como um de seus pilares no Brasil a criação do Instituto Nacional do Livro no ano de 1929, responsável para que os livros didáticos chegassem até as escolas. Para isso, o INL tinha como função legislar as políticas públicas que iriam ser incorporadas a esse material. Esse órgão foi criado com o intuito de “fiscalizar a nacionalização” do livro didático, já que antes disto, o governo precisava comprar livros fora do Brasil, ou seja, o objetivo do INL era criar

uma identidade nacional que fosse perpassada através do ensino escolar. A reforma educacional começou a passar por mudanças a partir do momento em que o governo provisório de Getúlio Vargas decretou a lei de número 19.402 de novembro de 1930, no qual criou o Ministério da Educação e Saúde. Mas, foi somente 7 anos depois que o INL foi posto em prática através da Reforma Capanema. Segundo Andrea Lemos Xavier Gaulucio antes disso:

Em sua primeira fase de atuação o INL não teve uma centralidade no sentido da produção, mas foi um dos braços do Estado em seu projeto mais amplo de desenvolvimento que beneficiou a estruturação do sistema empresarial do livro brasileiro (GAULUCIO, 2014: 01).

A partir do pensamento de Gaulucio percebemos que o momento de sua criação, o INL não apresentou grandes mudanças significativas, pois sua atuação foi maior entre as décadas de 1960 e 1970. Assim, como mencionado pela autora, esse projeto favoreceu futuramente a consolidação do livro didático no Brasil. Nessa direção, a Reforma Capanema implantada sob o decreto de número 1.006 de 30 de novembro de 1938 apresentou a primeira política de legislação e controle de produção do livro didático no Brasil, a CNLD. A Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) tinha como função, segundo Rita de Cássia Cunha Ferreira, fiscalizar os materiais didáticos servindo de filtro autorizando ou não a utilização dos mesmos nas redes educacionais de ensino primário e secundário do país (FERREIRA, 2008). Dessa forma, a CNLD foi o órgão responsável pelo controle não apenas pedagógicos, mas também ideológicos, a partir de uma cultura política que se apresentava no período do Estado Novo. Conforme Ferreira: “A CNLD foi um pequeno alicerce no projeto do Estado Novo de construção das identidades nacionais” (FERREIRA, 2008: 17). Com o fim do Estado Novo e a saída de Gustavo Capanema do Ministério da Educação, os 40 anos posteriores até a implantação do PNLD foram marcados por adequações que reestruturavam a legislação quanto às condições de produção, importação e utilização do livro didático. Ainda sobre as continuidades da política de avaliação e regulação, devemos perceber que em 1964 tivemos outra modificação nas políticas que legislaram os livros didáticos. No período do Estado Novo a preocupação com a construção de uma identidade nacional, agora no período de Ditadura Militar, as preocupações eram de cunho ideológico, marcados pela censura e a ausência de liberdade democrática.

Diversos setores da sociedade ou indivíduos de alguma forma sofriam repressões por parte do governo e o ensino de História também sofreu restrições em meio ao período ditatorial no qual o Brasil atravessava. Nesse contexto, a disciplina de História deu lugar à disciplina de Moral e Cívica. Um exemplo dessas novas adequações foi que sob o decreto-lei 8.460 na qual

restringia a liberdade da escolha do livro didático ao professor De acordo com Rezende e Nunes os valores propostos por esta disciplina:

(...) faziam parte dos conteúdos presentes dos livros didáticos de EMC, o que leva a considerar a disciplina como parte da estratégia psicossocial elaborada pelo governo militar, uma vez que atuava nas formas de pensamentos e nas subjetividades individuais com o objetivo de interferir na dinâmica social. Desejava-se moldar comportamentos e convencer os alunos acerca das benesses do regime para que estes contribuíssem com a manutenção do regime. (NUNES & REZENDE, 2012: 2).

O surgimento dessa disciplina nos faz perceber a necessidade que o então governo tinha em promover uma educação cívica centrada na ideologia do Estado, através da criação de uma cadeira que apoiava a manutenção do regime militar sustentado pelo um suposto ideal democrático. Entretanto, de forma mais explícita, essas reformas se somavam a estratégias de intervenção por meios mais duros e às vezes com consequências físicas como nos casos de repressões para aqueles cidadãos que tentavam burlar a censura. De um modo ou de outro, a repressão ditatorial esteve em todos os âmbitos da sociedade não poupou tampouco o ensino de História. Foi somente em 1985 com o fim da Ditadura Militar, que o Brasil aspirou ares de uma recém-consolidada democracia, o ensino mais uma vez passou por novas transformações e uma delas foi às comissões que fiscalizavam os materiais didáticos, com a implantação do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) que nas palavras de Rita de Cássia Cunha Ferreira:

(...) enquanto as duas primeiras foram formadas em governos autoritários e suas funções imbricaram-se às ideologias de seu tempo, o PNLD assume características de uma política de Estado, uma vez que tem havido continuidade na avaliação dos livros escolares, de forma independente do governo (FERREIRA, 2008: 12).

A autora divide em três momentos o processo de transformação dos livros didáticos: os dois primeiros foram marcados por políticas públicas que regiam as demandas para a veiculação de conhecimentos estabelecida sob os olhares de governos autoritários, enquanto que terceiro momento teve o PNLD como destaque, foi uma política implantada em um período em que o Brasil passava por uma reestruturação democrática. É nesse momento em que o ensino inicia um processo que aspirava se desprender de uma história positivista, patriótica e limitada passando a almejar e produzir uma história centrada nos sujeitos que fazem a história. Mas, mesmo sobre as réguas de um país democrático, o livro didático ainda assim, carecia de uma política pública que o fiscalizasse e designasse o que seria “aceitável” para ser abordado em seu conteúdo.

Como sabemos, o livro didático oferece certas limitações quanto a suas dimensões e tamanho, o que torna uma missão impossível dar conta de uma História totalizante, se pudésse-

mos chama-la assim. É a partir de 1996 que o PNLD assumiu a função de fiscalizador e avaliador dos livros didáticos que serão distribuídos para as escolas públicas brasileiras. Mas, é somente em 2002 o PNLD começou a atender a distribuição dos livros didáticos através de coleções. Também em 2002 os editais classificatórios passaram a constar no site do FNDE relacionando todos os critérios que devem ser obedecidos pelos editores de livros didáticos. Segundo Vitória Rodrigues e Silva: Os editais para a participação no PNLD são bastante técnicos e detalhados. Uma infinidade de disposições, exigências e determinações são feitas, relativas a diversos âmbitos: administrativo, jurídico, comercial, editorial especialmente os aspectos físicos das obras e conteúdos (SILVA, 2011: 03). Os livros que passarem por essa seleção e estarem de acordo com esses minuciosos critérios serão assim aprovados para serem lançados no mercado editorial dos materiais didáticos e oferecidos às escolas públicas brasileiras. Dessa forma, os editores que produzem o material didático e se inscreverem para o processo de seleção, terão direito a concorrer a uma das vagas. Passando por esse método de seleção, o livro (coleção) será aprovado pelo MEC e oferecido aos professores junto com a resenha da obra para facilitar o processo de escolha.

A partir dessa última transição de governo com criação do PNLD, podemos observar as mudanças estruturais e didático-pedagógicas dos manuais didáticos, essas modificações segundo Maria Margarida Dias de Oliveira ocorreram em grande parte, graças às pesquisas sobre livro didático que se surgiram a partir do século XX, e que se intensificaram ao longo dos anos. A autora afirma que os trabalhos sobre livros didáticos “Foram importantíssimos, pois mapearam um elemento que se tornou indispensável nas escolas.” (OLIVEIRA, 2011: 01)

E mais do que mudanças estruturais, o livro didático passou a ser distribuído nas escolas públicas de ensino fundamental a partir do ano de 1996 e especificamente o livro didático de História e Geografia em 1997. Já para o ensino médio a distribuição de livros didáticos foi progressiva, atendendo em 2005 alunos de 1.º ano das regiões norte e nordeste com manuais de português e matemática. Entretanto, somente a partir de 2007 começaram a distribuir os livros de História. Se faz fundamental ressaltar que esse material que chega até as escolas, destinados a alunos e professores é escolhido através de editais que tem como objetivo convocar editores para o processo de inscrição e avaliação de suas obras.

Nessa perspectiva, analisando as transições de governo que o Brasil atravessou com duas ondas autoritárias que compreende o período do Estado Novo e ditadura militar, nos quais a produção de material didático era regulamentada pelo Estado. Após, a redemocratização brasileira essa mesma produção continuou sendo regulamentada pelo Estado, mas através de outra

“roupagem” com o Plano Nacional do Livro Didático com a possibilidade de padronização dos manuais escolares através dos editais. A justificativa para esta premissa atribui-se ao perceber que os editais são repletos de minuciosos critérios, como exemplo, número máximo de páginas para livro do professor e livro do aluno, o que limita a mão do autor e do editor na construção do material didático, essas são tarefas muito particulares que não dependem apenas do autor e sim de diversos personagens envolvidos nessa composição. Entre tantas orientações, percebemos que a linguagem é um dos pontos centrais de atenção, pois como aponta o edital de 2015, o livro didático de história deve superar o verbalismo e dar conta dos conteúdos a serem estudados, como demonstraremos a seguir. No entanto, pensar na linguagem dos livros didáticos é um problema para os autores, isso porque, no século XX, as formas de escrita, como bem apontou Renan Silva (2015: 77), passaram a ser um ponto importante no ofício do historiador. Assim como nas tendências historiográficas do século XX, segundo Silva (2015: 78), o Edital de 2015 solicita que a escrita da história supere o etnocentrismo e por consequência o anacronismo, apesar de que esse último, pode ser facilmente associado a escrita didática. Nessa direção, Ana Maria Monteiro (2012: 195), alerta para um ponto que também aparece destacado no Edital do PNLD 2015, que é a relação entre os saberes históricos e as vivências dos estudantes, de maneira a criar uma ponte comunicativa entre o docente e o discente no ambiente escolar. Podemos perceber, então, que o autor fica basilado pelas exigências do edital do PNLD e as próprias tendências da historiografia vigente.

É o caso citado por Roger Chartier em “A mão do autor e a mente do editor” onde o autor cita o caso de Dom Quixote quando visita uma gráfica em Barcelona onde percebe de um lado a tiragem de folhas, de outro a revisão, a correção, ou seja, ocorre uma divisão de tarefas na qual autores não desempenham papel principal (CHARTIER, 2014). De fato, essa realidade percebida entre os séculos XV e XVIII era um processo que se destinava a produção de uma cópia correta que não dependiam somente da vontade do autor, mas também de ordens de discurso já pré-estabelecidas que conduziam a obras e as condições para sua publicação. A questão levantada por Chartier e serve como base para esse trabalho é se esta situação é diferente nos dias atuais, já que os livros textos são redigidos e corrigidos pelos autores na tela de um computador? Mesmo com a modernização e facilidade advinda da era da informática, não exige intervenções e mediações entre os autores, já que o trabalho final é realizado por um conjunto no qual remeterá o livro como selecionado em um dos planos que recebe mais investimentos no Brasil.

No livro Projeto Araribá de 2007 consta dividido em 20 tarefas para a elaboração deste material, sendo elas: elaboração dos originais, coordenação editorial, edição de texto, assistência editorial, preparação de texto, coordenação de design e projetos visuais, projeto gráfico e capa, coordenação de produção gráfica, coordenação de arte, edição de arte, assistência de produção, coordenação de revisão, revisão, coordenação de pesquisa iconográfica, pesquisa iconográfica, coordenação de bureau, tratamento de imagens, pré-impressão, coordenação de produção industrial e impressão e acabamento. Cada setor de produção muitas vezes está composto com mais de um profissional que se utilizam da divisão do trabalho para mais próximo o livro possa estar do que Rörn Rüsen chama de “o livro didático ideal” e atender a infinidade de requisitos exigidos pelo edital. Segundo Chartier “O livro não é uma entidade fechada: é uma relação; é um centro de inúmeras relações.” (CHARTIER, 2014: 42) Da palavra relações subentende-se a priori a apropriação das categorias intelectuais e estéticas com a palavra escrita, depois o poder sobre a escrita como forma de controlar a interpretação. Essas relações de poder estão diretamente ligadas a construção de editais, que não apenas limitam autores e editores, mas que estabelecem normas técnicas.

Mas não são somente as relações de poder determinantes na construção dos editais, as novas concepções teórico-metodológicas também obrigaram os editais a exigirem outras visões de História, dessa forma, os livros didáticos permitiram uma reflexão sobre a História que antes era construída de estruturas narrativas pré-concebidas disseminadas nos manuais, como exemplo de Carlo Ginzburg, que segundo Roger Chartier, contribuiu para uma mudança historiográfica com sua proposta de análise histórica indiciária ou reflexões a partir de estudos de caso, micro-histórias ou estudos comparativos.

Embora notemos que os editais a cada triênio surjam com algumas especificações a mais, como é o caso dos editais de 2012 e 2015 apresentados nesse trabalho, não podemos deixar de destacar sua exigência com a História presente, visto que, o manual didático tem que fornecer as ferramentas necessárias para que o aluno possa entender o contexto histórico ao relacionar passado e presente. Segundo o edital de 2015 nos últimos anos os editais adequam-se as novas concepções historiográficas no que tange ao ensinar e aprender História. O edital destaca em:

1. Desestruturar perspectivas históricas eurocêntricas, etnocêntricas, monocausais e cronológico-lineares;
2. Superar métodos e práticas pautados na memorização, no verbalismo e na expectativa de dar conta de um vasto repositório de conteúdos factuais;

3. Avançar para além da chamada “falsa renovação” que apenas dá nova roupagem a antigas e obsoletas práticas, com a incorporação superficial de diferentes linguagens.

Além dessas exigências definidoras de princípios e finalidades da disciplina, o edital também indica as formas de como a história escolar venha a favorecer os alunos a analisarem diferentes fatos históricos a fim de estabelecerem continuidades e rupturas sobre os contextos. De acordo com edital de 2015 o livro tem de estar apto para que o discente e docente:

a) Identifique, de modo significativo, as relações entre as experiências atuais dos jovens e as de outros sujeitos em tempos, lugares e culturas diversas das suas;

b) Adote estratégias que possibilitem transformar os acontecimentos contemporâneos e aqueles do passado em problemas históricos a serem estudados e investigados;

c) Compreenda os processos históricos a partir do manejo de informações sobre o passado, de modo a compreender e expressar pontos de vista fundamentados sobre as experiências das sociedades pretéritas;

d) Coloque os estudantes diante de fontes históricas diversas, de diferentes procedências e tipologias, cotejando versões e posições, entendendo-as como materiais com os quais se interroga e se reconhecem as chaves de funcionamento do passado e que permitem construir inteligibilidades sobre o tempo presente.

Essas novas concepções de paradigma retiradas do edital de 2015 vem de encontro ao que Roger Chartier sinaliza em “A História ou a leitura do tempo”. O autor define a crise da História nos anos de 1980 e 1990 a partir do momento em que a disciplina História reivindicou o seu cientificismo e segundo Chartier “reconhecer esse paradoxo leva a repensar oposições formuladas demasiado bruscamente entre a história como discurso e a história como saber” (CHARTIER, 2014: 14).

Ao analisar os editais (2012 e 2015), ao mesmo tempo em que percebemos renovações historiográficas, também percebemos arbitrariedades e jogos de dominação. O edital nada mais é do que regramentos cada vez mais rigorosos que possibilitará as editoras participarem do PNLD, com isso, podemos relacioná-lo também a um jogo, a uma competição, como exposto por Durval Muniz de Albuquerque Júnior em “História a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da História”. Assim como o futebol, o uso livro didático é uma prática comumente utilizada na cultura ocidental e da mesma forma também é contaminado por interesses ideológicos e mercadológicos desvirtuado da sua função pedagógica. Segundo Durval Muniz

O jogo passa a ser um modelo de representação do mundo; a luta, a rivalidade, a emulação e a guerra passam a ser pensadas como a base de todo edifício social, como atividades centrais na elaboração de qualquer cultura. (ALBUQUERQUE 2007: 167)

De fato se pensarmos nos editais como um jogo e conseqüentemente resultados de embates, perceberemos os enfrentamentos e a competição incessante de forças. Isso porque segundo Júlia Matos “perceber que o livro adquire uma face de produto, mercadoria, dentro de um **jogo** editorial de consumo” (MATOS 2013: 27). Quando o historiador consegue interpretar esses editais ele está analisando um sistema de regras para assim poder visualizar uma inteligibilidade.

Portanto, ao analisarmos a longa trajetória de consolidação e afirmação do livro didático no Brasil, um olhar mais atencioso deve se voltar para as diversas facetas que o livro didático possui. Ora considerado como um produto cultural através de dados do INEP de 2012, onde ele é considerado o 2.º livro mais lido do Brasil e por estar presente nas memórias escolares da grande maioria dos brasileiros e por ser, muitas vezes, a única leitura e referencial acessível aos discentes. Sobre o papel dos livros didáticos para a constituição das memórias dos sujeitos, discorreu Antonia Terra de Calazans Fernandes:

No caso do trabalho de coleta de depoimentos referente à pesquisa em curso, uma outra entrevista exemplifica o processo de construção do valor atribuído ao livro. A depoente foi entrevistada na seguinte situação: o livro didático estava sendo estudado em sua faculdade e por isso ela foi solicitada a procurar seus antigos manuais para analisá-los em sala de aula. Por essa razão, vasculhou sótãos e encontrou livros do tempo em que frequentou o antigo primário e o ginásio. Com os livros na mão, passou a lê-los e a recordar as vivências da escola. Passou, então, a avaliar a sua escolaridade e a recordar sua trajetória (FERNANDES, 2004: 536).

O trabalho solicitado na faculdade levou a depoente a rememorar suas vivências escolares a partir da materialidade do livro didático. Outra face do livro didático é o caráter ideológico, segundo a autora Júlia Silveira Matos isso aponta “(...) o quanto são materiais imersos em uma face ideológica que transcende a visão do autor, mas adentra as expectativas de mercado.” (MATOS, 2009: 10). Um exemplo é o já mencionado nesse trabalho sobre os diferentes governos já transitados no país e, conseqüentemente, os ajustes sofridos na educação, como a direitos conquistados a partir dos movimentos afirmativos com a inserção das leis 10. 639 de 2003 e 11.445 de 2006, respectivamente, cultura afro e indígena, mas também a própria interferência dos autores, mesmo que inconsciente, com seu posicionamento e visões de mundo.

Quanto a outra faceta sobre o ponto de vista mercadológico, os investimentos realizados no PNLD transformaram esse programa no maior do mundo. Em 2015 foram distribuídos gratuitamente mais de 137 milhões de livros didáticos nas cinco regiões do Brasil. O governo é o principal financiador desse plano e é ele quem estabelece os critérios para a aceitação ou não

para que determinadas obras adentrem as escolas brasileiras através de editais. De acordo com Matos

a influência de Estado na própria seleção dos livros que compõe o Guia, demonstra como os livros didáticos estão comprometidos com um conjunto de demandas abertas por programas oficiais e, dessa forma, longe de serem meros instrumentos ou recursos puramente didáticos, mas sim documentos repletos de ideologias sejam elas oficiais ou não (MATOS, 2009: 31).

Ao encontro dessa premissa podemos concluir que os critérios para inserção das obras exigido nos editais são observados constantemente não apenas para evitar a ocorrência de falhas, “(...)”, mas também pela renovação das políticas educacionais que desde a redemocratização brasileira, vêm mudando de acordo com o Ministério e a visão de governo.” (MATOS, 2010: 67). Os manuais que encontramos no Guia do Livro Didático são aqueles que obedeceram todos os critérios contidos no edital e conseqüentemente, estão habilitados para serem utilizados nas escolas. No momento, utilizaremos como fontes principais os editais que convocam as editoras para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Plano Nacional do Livro Didático 2012 e 2015, após passarem por minuciosos critérios avaliação e aprovação, essas obras constarão no Guia do Livro Didático de ensino médio 2015 e conseqüente, estarão disponíveis nas redes de ensino da cidade de Rio Grande.

A fim de perceber possíveis modificações de um edital para outro analisamos os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação referente aos editais de 2012 e 2015. Apresentamos uma tabela inseridos os critérios gerais de inscrição de obras didáticas para melhor explicitar se houve critérios incluídos ou retirados do processo de avaliação:

Critérios	Edital 2012	Edital 2015
Do Objeto	X	X
Dos Prazos	X	X
Das obras didáticas	–	X
Das condições de participação	X	X
Das caracterizações das obras didáticas	X	X
Dos procedimentos	X	X
Do processo de avaliação e seleção das obras	X	X
Da acessibilidade	X	X
Do processo de habilitação	X	X
Dos processos de aquisição, produção e entrega	X	X
Das disposições gerais	X	X

Estão apresentados 11 critérios gerais para seleção de obras didáticas e podemos observar que apenas um critério foi inserido de um edital para outro. Analisamos os 10 critérios comuns aos dois editais, mais o critério que passou a constar no edital de 2015.

O primeiro critério tem a finalidade de apresentar o caráter do edital “o objeto”. Esse critério especifica o caráter do edital que é de convocar editores para a inscrição de obras didáticas no processo de avaliação e seleção do ano em questão, ou seja, o próprio livro didático que deve ser proposto em forma de coleção.

O segundo critério “dos prazos” diz respeito às etapas de cadastramento pelas quais os editores deverão se submeter como pré-inscrição, inscrição e entrega das obras didáticas atendendo a um horário e data estipulados. O diferencial é o edital de 2015 exige também a entrega de livros digitais.

O item a seguir “obras didáticas” novo critério contido no edital de 2015 trata da composição das obras especificadas, nas quais os materiais didáticos deverão ser inscritos em um desses dois tipos de composição a tipo 1 e tipo 2. Na primeira enquadra livros digitais e impressos e na segunda, livros impressos e PDF.

O critério quanto à “caracterização da obra”, coleção ou volume único, diz respeito a quais áreas do saber as obras didáticas inéditas serão avaliadas. Estão incluídos no edital de

2015 a disciplina Artes e o número de páginas do material didático específico tanto para o manual do professor quanto livro do aluno.

Em “as condições de participação”, este item especifica a inscrição no edital para editores que desejam concorrer ao processo e que estes deverão atender as condições de participação do programa.

O critério que diz respeito “aos procedimentos” especifica os meios de pré-inscrição, inscrição e entrega das obras didáticas. A pré-inscrição refere-se ao cadastramento de editores e envio da obra em formato finalizado via endereço eletrônico. Os editores serão convocados para realizar a inscrição e a entrega da documentação e obras pré-inscritas em local, data e horário estabelecidos no edital.

O item do processo “de avaliação e seleção das obras” consiste nas etapas do processo de avaliação a começar pela triagem, a pré-análise e a avaliação pedagógica. A triagem, caráter eliminatório, tem a função de examinar os atributos físicos e editoriais das obras inscritas de acordo com os critérios de avaliação. A pré-análise tem o objetivo de examinar a conformidade dos documentos apresentados em relação às obras inscritas e a avaliação pedagógica será realizada por equipes técnicas como professores do próprio quadro funcional, professore convidados de outras instituições de ensino superior e da rede pública de ensino.

Quanto ao critério “acessibilidade”, enquadra os alunos com deficiência visual, estes receberão o Mec Daisy disponibilizados em DVD tanto para livro do professor quanto livro do aluno mediante a censo escolar.

O critério processo de “habilitação” é responsabilidade da Comissão Especial de Habilitação, instituída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, esta concede ao editor, pessoa jurídica, como detentor dos direitos autorais da obra. O processo compreenderá a habilitação do editor e da obra.

O requisito quanto os processos de “aquisição, produção e entrega”, ajusta negociações de preços para aquisição das obras escolhidas, formaliza através de contrato administrativo com os editores e após a assinatura de contratos os editores estarão aptas a iniciarem a produção das obras didáticas e a distribuição às escolas públicas de ensino médio.

O último quesito disposições gerais, apresenta implicações e ressalvas quanto aos critérios impostos no edital.

A partir do edital de convocação, foram examinados os livros didáticos e selecionados aqueles que atenderam os requisitos de inscrição, triagem e os critérios de exclusão, como por exemplo, a estrutura da obra, estrutura do CD em áudio da língua estrangeira, DVD Room do

livro digital, a seguir serão examinadas as especificações técnicas de produção das obras didáticas tanto aos livros impressos quanto aos livros digitais. Nesse momento, direcionamos um olhar mais atento para os livros didáticos de História, a fim de perceber se os critérios de avaliação sofreram modificações do edital de 2012 para o de 2015. Esse processo de seleção representa um padrão de qualidade para as obras didáticas que se fez a partir de critérios eliminatórios comuns a todas as áreas e por meio de critérios eliminatórios específicos a cada área do saber. Quanto aos critérios comuns, o manual didático deve estar submetido conforme mostra o edital de 2012:

- (1) respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino médio;*
- (2) observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;*
- (3) coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;*
- (4) correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;*
- (5) observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da obra à linha pedagógica nela apresentada;*
- (6) adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da obra.*

Comparado ao edital de 2015, notamos a inclusão de mais dois critérios quanto à “perspectiva interdisciplinar na apresentação e abordagem dos conteúdos” e a “pertinência e adequação do conteúdo multimídia ao projeto pedagógico e ao texto impresso”.

Já quanto aos critérios específicos das áreas, este edital diz que “a configuração de uma área de ensino pressupõe a explicação de objetivos comuns a serem alcançados” (edital 2012). É através dos PCN’s, (Parâmetros Curriculares Nacionais) para o ensino médio que se consolidará o conjunto de competências a serem desenvolvidas pelos alunos de ciências humanas, tais como:

- (1) processar e comunicar de forma ampla informações e conhecimentos;*
- (2) reconhecer e aceitar diferenças, mantendo e/ou transformando a própria identidade, percebendo-se como sujeito social construtor da história;*
- (3) compreender que as sociedades são produtos das ações de diferentes sujeitos sociais, sendo construídas e transformadas em razão da intervenção de diversos fatores;*
- (4) obter informações contidas em diferentes fontes e expressas em diferentes linguagens, associando-as às soluções possíveis para situações-problema diversas;*
- (5) compreender que as ações dos sujeitos sociais são realizadas no tempo e no espaço, criando relações e desdobramentos variados, sem determinismos;*

(6) compreender que as instituições sociais, políticas e econômicas são historicamente construídas/reconstruídas por diferentes sujeitos sociais;

(7) desenvolver a autonomia intelectual a partir da problematização de situações baseadas em referências concretas e diversas, rompendo com verdades absolutas ou deterministas;

(8) trabalhar com diferentes interpretações, relacionando o desenvolvimento dos conhecimentos com os sujeitos sociais que os produzem;

(9) apropriar-se de diferentes linguagens e instrumentais de análise e ação para operar na vida social os conhecimentos que construiu de forma autônoma e cooperativa.

Foi incluído no edital de 2015 mais um critério que visa garantir desenvolvimento de atividades interdisciplinares e o reconhecimento da relevância da integração entre os componentes curriculares da área de ciências humanas, e desta com outras áreas do conhecimento.

Presentes nos editais de 2012 e 2015, apresentaremos as exigências aplicadas aos livros didáticos de História e aos manuais do professor a fim de perceber também se houve transformações de um edital para outro o que diz respeito aos critérios eliminatórios específicos para o componente curricular de História:

(1) utiliza a intensa produção de conhecimento nas áreas da História e da Pedagogia, elaborada nos últimos anos, considerando-a efetivamente como ponto de reflexão e de discussão, não ficando restrita à intenção inicial ou à introdução;

(2) opera com os conhecimentos historiográfico-pedagógicos de forma condizente com o desenvolvimento ético, intelectual e cognitivo dos estudantes do ensino médio;

(3) compreende a escrita da história como um processo social e cientificamente produzido, que desempenha funções na sociedade, possibilitando não só a apropriação do conhecimento histórico, como também a compreensão dos processos de produção desse conhecimento e do ofício do historiador, a partir de fontes diversificadas;

(4) orienta os alunos a pensarem historicamente, a reconhecerem as diferentes experiências históricas das sociedades e, a partir desse entendimento, compreenderem as situações reais da sua vida cotidiana e do seu tempo;

(5) explicita as opções teórico-metodológicas (histórica e pedagógica), apresentando coerência entre as opções teórico-metodológicas explicitadas e o desenvolvimento dos textos principais, textos complementares, atividades, ilustrações e com os objetivos gerais do ensino de História para o ensino médio;

(6) evidencia coesão entre os textos, imagens e atividades, fazendo referência objetiva e constante aos pressupostos metodológicos assumidos, auxiliando o professor e o estudante na sua utilização;

(7) desperta os alunos para a historicidade das experiências sociais, trabalhando conceitos, habilidades e atitudes, com vista à construção da cidadania;

(8) contribui para o aprofundamento dos conceitos estruturantes da disciplina, tais como história, fonte, historiografia, memória, acontecimento, sequência, encadeamento, duração, sucessão, periodização, fato, tempo, simultaneidade, ritmos de tempo, medidas de tempo, sujeito histórico, espaço, historicidade, trabalho, cultura, identidade, semelhança, diferença, contradição, continuidade, permanência, mudança, evidência, causalidade, ficção, narrativa, verdade, ruptura, explicação e interpretação;

(9) estimula o convívio social e o reconhecimento da diferença, abordando a diversidade da experiência histórica e a pluralidade social, com respeito e interesse;

(10) aborda os preceitos éticos na sua historicidade, evitando assim que eles fiquem subsumidos a mandamentos morais e cívicos que não condizem com os objetivos educacionais atuais, nem tampouco com o atual estágio de produção do conhecimento histórico;

(11) contribui para o desenvolvimento da autonomia de pensamento, do raciocínio crítico e da capacidade de apresentar argumentos historicamente fundamentados;

(12) apresenta recursos variados quanto às possibilidades de significação histórica, como diferentes tipos de textos, relatos, depoimentos, charges, fotografias, reproduções de pinturas, dentre outros;

(13) oferece imagens acompanhadas de atividades de leitura, de interpretação e de interação, referenciando, sempre que houver pertinência, sua condição de fonte para a produção do conhecimento histórico;

(14) está isenta de situações de Anacronismo, que consiste em atribuir aos agentes históricos do passado razões ou sentimentos gerados no presente, interpretando-se, assim, a história em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas;

(15) está isenta de situações de Voluntarismo, que consiste em aplicar a documentos e textos uma teoria a priori, utilizando a narrativa dos fatos passados, ou presentes, apenas para confirmar as explicações já existentes na mente do autor, oriundas de convicções estabelecidas por motivos ideológicos, religiosos, acríticos ou pseudocientíficos;

(16) está isenta de erros de informação (tópica, nominal, cronológica) e/ou de indução a erros ocasionados por informações parciais, descontextualizadas e/ou desatualizadas.

(17) está isenta de estereótipos, caricaturas e/ou simplificações explicativas que comprometam a noção de sujeito histórico e/ou induzam à formação de preconceitos de qualquer natureza;

(18) transcende a abordagem histórica associada a uma verdade absoluta ou ao extremo relativismo e oferece condições de tratamento dos conhecimentos históricos a partir de um problema ou de um conjunto de problemas, ao longo da obra.

A partir dos 18 critérios retirados do edital de 2012 e comparados ao edital de 2015, foi possível perceber a inclusão de mais dois critérios que determinam desenvolver “abordagens qualificadas sobre a história e cultura da África, dos afrodescendentes, dos povos afro-brasileiros e indígenas, em consonância com as leis 10.639/2003 e 11.645/2008” e incorporar “possibilidades efetivas de trabalho interdisciplinar e de integração da reflexão histórica com outros componentes curriculares das ciências humanas e também com outras áreas do conhecimento”. (edital 2015)

Da mesma forma os critérios quanto ao manual do professor permanecem os mesmos estando incluído apenas mais um critério em que diz que o manual didático de História tem de oferecer “orientações sobre princípios, critérios e instrumentos de avaliação, considerando a especificidade da disciplina História”. (edital 2015). Os demais critérios estabelecidos ao manual do professor devem conter informações complementares e orientações que possibilitem a condução das atividades de leitura das imagens, sobretudo, como fontes para o estudo da história, extrapolando sua utilização como elemento meramente ilustrativo e/ou comprobatório; orientar o professor sobre as possibilidades oferecidas para a implantação do ensino de história

da África, da história e cultura afro-brasileira e das nações indígenas, considerando conteúdos, procedimentos e atitudes; nortear o professor a considerar o seu local de atuação como fonte de análise histórica e como recurso didático, considerando as diferentes condições de acesso e a diversidade nacional; oferecer suporte para a percepção e compreensão do espaço construído e vivido pelos cidadãos, além de toda a cultura material e imaterial aí envolvida.

A partir da análise dos critérios atribuídos nos editais de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do livro didático PNLD 2012 e 2015 constatamos não só a necessidade que o livro didático tem de atender uma infinidade de disposições e exigências feitas de diversos âmbitos tanto administrativo, jurídico, comercial, editorial e reflexos de políticas públicas, mas também revelam a preocupação quanto ao desenvolver das potencialidades da aprendizagem quanto ao ensino de História. De acordo com Vitória Silva também nos últimos editais, as concepções teórico-metodológicas ganharam maior relevância obrigando que alterassem a visão ou a concepção de História atribuída na escola. Isso mostra que as transformações ocorridas nos editais são mais do que ampliações da lista de critérios, mas essas atitudes manifestam a renovação do ensino de História, despreza a mera transmissão de conhecimento e atribui ao discente uma postura crítica reflexiva oferecendo condições para o desenvolvimento de uma consciência histórica e conseqüentemente, a busca pelo livro didático ideal.

Portanto, pensar o papel dos editais no processo de produção dos livros didáticos aponta para um cenário fundamental que é a própria atuação dos docentes em sala de aula. Sendo assim, qual a relação direta entre os manuais do professor de História e os editais? Seque a mesma dos livros didáticos? Com vistas a responder essa problemática, no próximo capítulo analisaremos a relação entre os manuais do professor de História e os editais do PNLD de 2012 e 2015.

BIBLIOGRAFIA

BARCA, Isabel, MARTINS, Estevão, SCHMIDT, Maria Auxiliadora. (orgs). *Jorn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *O saber Histórico na sala de aula*. 11^oed. São Paulo: ed Contexto, 2010.

CERRI, Luís Fernando. *Ensino de história e consciência histórica*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. *Livros didáticos em dimensões, materiais e simbólicas*. São Paulo: Educação e pesquisa, 2004.

FERREIRA, Rita de Cássia Cunha. *A Comissão Nacional do Livro Didático durante o Estado Novo (1937-1945)*. Universidade Estadual Paulista. Assis, 2008. Tese de mestrado.

GAULUCIO, Andrea Lemos Xavier. *A política Editorial no Instituto Nacional do livro no regime militar*. II Seminário internacional políticas culturais. Universidade Federal Fluminense.

MATOS, Júlia Silveira. *Ensino de História, diversidade e livros didáticos: história, políticas e mercado editorial*. Rio Grande: Ed da Universidade Federal do Rio Grande, 2013.

MORAES, Roque. *Mergulhos Discursivos; análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos*. 2ªed. Ijuí/RS: Ed. Unijuí, 2007.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *Livros didáticos de História: pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural*. UFRN, Rio Grande do Norte, 2011.

SILVA, Vitória Rodrigues. *Para onde vamos? O ensino de história segundo os critérios dos editais do PNLD (2000 a 2013)*. Paraná, Universidade Positivo, 2012.